

A NAÇÃO ENSINADA PELOS GRAMADOS: FUTEBOL, EDUCAÇÃO INFORMAL E PEDAGOGIAS DO PATRIOTISMO NO BRASIL AUTORITÁRIO

A NATION TAUGHT BY THE SOCCER FIELDS: SOCCER, INFORMAL EDUCATION, AND PEDAGOGIES OF PATRIOTISM IN AUTHORITARIAN BRAZIL

LA NACIÓN QUE APRENDE EN LOS CAMPOS DE FÚTBOL: FÚTBOL, EDUCACIÓN INFORMAL Y PEDAGOGÍAS DEL PATRIOTISMO EN EL BRASIL AUTORITARIO

Romulo Cesar Barros Aguiar¹, Gisafran Nazareno Mota Jucá²

DOI: 10.54899/dcs.v23i94.6709

Recibido: 20/07/2026 | Aceptado: 13/08/2026 | Publicación en línea: 20/08/2026.

RESUMO

Este artigo discute, sob uma perspectiva comparada, a utilização do futebol como ferramenta pedagógica, política e cultural durante o Estado Novo (1937 – 1945) e o governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974), no período da Ditadura Civil Militar brasileira, à luz da educação informal. Buscamos entender como o modelo pedagógico, associado aos meios de comunicação, práticas culturais e experiências sociais do cotidiano, foram instrumentalizados para promover um dispositivo social de pertencimento à nação a partir da identificação com o esporte. Partindo de uma abordagem histórico-comparativa e da análise de discursos dos respectivos governos autoritários, analisamos o uso do futebol como “sala de aula simbólica”, atuando como um mecanismo de educação difusa para transmitir e ensinar valores nacionalistas, caros aos regimes ditatoriais. Construimos essa percepção através da análise de fontes hemerográficas e oficiais, as quais nos indicaram o papel do futebol como operador de uma prática educativa informal difundida para construir um modelo de cidadão adequado aos parâmetros autoritários, contribuindo à formação de uma realidade social artificial. Percebemos que, embora ambos os regimes autoritários tenham instrumentalizado o futebol como ferramenta de promoção do patriotismo, legitimação política e integração nacional, se diferenciam quanto aos meios de disseminação e as estratégias pedagógicas mobilizadas. Enquanto o Estado Novo conferiu centralidade ao rádio, associado a cultura de massas emergente, a ditadura civil-militar privilegiou a televisão, os eventos esportivos e a publicidade, pública e privada, para construir os mecanismos de pedagogia política.

Palavras-chave: Futebol. Educação Informal. Patriotismo. Autoritarismo.

¹ Doutorando em Educação, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil.
E-mail: romulo.historia19@gmail.com

² Doutor em História Social, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil.
E-mail: gisafranjuca@gmail.com

ABSTRACT

This article discusses, from a comparative perspective, the use of soccer as a pedagogical, political, and cultural tool during the Estado Novo (1937–1945) and the administration of General Emílio Garrastazu Médici (1969–1974), during the Brazilian civil-military dictatorship, in the context of informal education. We seek to understand how the pedagogical model, in conjunction with the media, cultural practices, and everyday social experiences, was instrumentalized to promote a social mechanism of belonging to the nation through identification with the sport. Using a historical-comparative approach and discourse analysis of the respective authoritarian governments, we examine the use of soccer as a “symbolic classroom,” functioning as a mechanism of diffuse education to transmit and teach nationalist values cherished by the dictatorial regimes. We developed this understanding through the analysis of newspaper and official sources, which revealed soccer’s role as a vehicle for widespread informal educational practices aimed at shaping a model citizen conforming to authoritarian standards, thereby contributing to the creation of an artificial social reality. We observed that, although both authoritarian regimes instrumentalized soccer as a tool for promoting patriotism, political legitimization, and national integration, they differed in terms of the means of dissemination and the pedagogical strategies employed. While the Estado Novo placed central importance on radio, associated with the emerging mass culture, the civil-military dictatorship prioritized television, sporting events, and advertising—both public and private—to construct the mechanisms of political education.

Keywords: Soccer. Informal Education. Patriotism. Authoritarianism.

RESUMEN

Este artículo analiza, desde una perspectiva comparada, el uso del fútbol como herramienta pedagógica, política y cultural durante el Estado Novo (1937-1945) y el gobierno del general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), en el período de la dictadura civil-militar brasileña, a la luz de la educación informal. Pretendemos comprender cómo el modelo pedagógico, asociado a los medios de comunicación, las prácticas culturales y las experiencias sociales cotidianas, se instrumentalizó para promover un dispositivo social de pertenencia a la nación a partir de la identificación con el deporte. Partiendo de un enfoque histórico-comparativo y del análisis de los discursos de los respectivos gobiernos autoritarios, analizamos el uso del fútbol como «aula simbólica», que actuaba como mecanismo de educación difusa para transmitir y enseñar valores nacionalistas, tan apreciados por los regímenes dictatoriales. Hemos construido esta percepción mediante el análisis de fuentes hemerográficas y oficiales, las cuales nos han revelado el papel del fútbol como agente de una práctica educativa informal y generalizada destinada a construir un modelo de ciudadano adecuado a los parámetros autoritarios, contribuyendo así a la formación de una realidad social artificial. Hemos observado que, aunque ambos regímenes autoritarios utilizaron el fútbol como herramienta para promover el patriotismo, la legitimación política y la integración nacional, se diferencian en cuanto a los medios de difusión y las estrategias pedagógicas empleadas. Mientras que el Estado Novo otorgó un papel central a la radio, asociada a la cultura de masas emergente, la dictadura civil-militar privilegió la televisión, los eventos deportivos y la publicidad, tanto pública como privada, para construir los mecanismos de pedagogía política.

Palabras clave: Fútbol. Educación Informal. Patriotismo. Autoritarismo.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A presença do futebol na formação cultural e histórica da sociedade brasileira tem sido reconhecida por tradições interpretativas distintas da historiografia e das ciências sociais. No decorrer do século XX, o esporte bretão consolidou-se como um mecanismo que ultrapassou a fronteira do entretenimento das massas, operando como um dos principais espaços de construção simbólica da identidade nacional.

Neste sentido, autores como Roberto Damatta (1982), Gilberto Freyre (2003) e José Miguel Wisnik (2008) contribuíram para compreender o futebol como expressão privilegiada da brasilidade, capaz de aglutinar representações, valores e experiências coletivas que transcendem os limites do campo esportivo. Desse modo, o futebol aparece como uma forma cultural densa, na qual se articulam corpo, emoção, estética, memória e pertencimento atrelados diretamente ao imaginário popular.

Contudo, embora fundamentais, essas abordagens concentraram-se em sua maioria na compreensão do futebol como mecanismo de expressão da sociedade e da identidade brasileira. Em menor escala, investigaram sua dimensão formativa de ensinar valores, produzir disposições e constituir sujeitos políticos. Consideramos essa perspectiva particularmente relevante quando percebemos que a identidade nacional não constitui um dado natural, mas uma construção simbólica continuamente produzida por meio de símbolos, narrativas e práticas sociais.

É nesse contexto que inserimos o presente artigo. Seu objetivo consiste em analisar comparativamente o papel do futebol como instrumento pedagógico de promoção do patriotismo durante o Estado Novo e o governo Médici. Partimos do pressuposto de que diferentes regimes autoritários recorreram ao futebol como mecanismo de formação nacional, buscando produzir sentimentos de pertencimento coletivo e adesão simbólica aos projetos políticos em curso. Mais do que representar a nação, o futebol foi mobilizado para ensiná-la, constituindo aquilo que podemos denominar de pedagogia do patriotismo.

Para construir essa análise, articulamos nossa produção em torno dos campos da História Política e História da Educação. Recorremos a esfera política a partir do conceito de nacionalismo pois, conforme aponta Benedict Anderson (2013), as nações são comunidades políticas

imaginadas, produzidas através de símbolos, narrativas e práticas capazes de gerar sentimento de pertencimento entre sujeitos que jamais se conhecerão pessoalmente. Contribuindo com esta argumentação, Eric Hobsbawm (1990) destaca que os nacionalismos modernos dependem da criação de rituais, representações e tradições que conferem legitimidade aos projetos políticos e fortalecem os vínculos entre sociedade e Estado. Nesta perspectiva, o futebol pode ser compreendido como um fenômeno que, além de ser um reflexo da identidade nacional, atua como um dos dispositivos culturais que contribuíram para formá-la e reproduzi-la ao longo da história brasileira.

No campo da História da Educação, entendemos que as últimas décadas foram marcadas por um alargamento do conceito de educação. Nesta perspectiva, Henry Giroux (1999) e Shirley Steinberg (2001) desenvolveram a ideia de pedagogias culturais para designar os processos educativos produzidos por instituições e práticas que atuam fora da escala, mas desempenham papel decisivo na formação de valores, identidades e visões de mundo. Esta percepção nos permite perceber o futebol como uma instância formativa de grande alcance social, capaz de ensinar formas específicas de pertencimento, cidadania e patriotismo. De modo complementar, dialogamos com a ideia de currículo oculto (Apple, 2006), através de um conjunto de normas, valores e expectativas socialmente difundidas que ultrapassam a jurisdição dos currículos formais. Neste ponto, o futebol funciona como uma instância educativa para ensinar formas específicas de pertencimento e produzir disposições favoráveis a determinados projetos políticos.

Neste entendimento, inserimos o estudo metodologicamente no campo da História da Educação Comparada, compreendida não como mera justaposição de experiências históricas, mas enquanto procedimento analítico voltado a identificação das diferentes racionalidades que estruturam processos educativos em contextos específicos (Nóvoa, 1998). Nossa investigação fundamenta-se na análise histórica de fontes oficiais, materiais de propaganda institucional, periódicos e representações veiculadas ao futebol brasileiro, buscando compreender os usos políticos do esporte como instrumento de educação informal.

Ao deslocar o foco da historiografia do futebol da esfera de representação para a de formação, o presente artigo pretende contribuir para a ampliação dos estudos em História da Educação, demonstrando que a produção do patriotismo não se restringiu às instituições escolares tampouco aos currículos oficiais. Ao contrário, ela também se realizou por meio de práticas culturais de ampla circulação social entre as quais o futebol ocupou espaço privilegiado. Assim, mais do que refletir a nação, o esporte bretão participou ativamente de sua construção simbólica,

constituindo uma das mais importantes pedagogias culturais da experiência histórica brasileira no século XX.

O FUTEBOL COMO PEDAGOGIA CULTURAL E CURRÍCULO OCULTO DO PATRIOTISMO

A ampliação do campo da História da Educação, especialmente a partir do final do século XX, permitiu reconhecer que a formação dos sujeitos ocorre em diferentes dimensões da vida social, envolvendo práticas culturais, experiências coletivas, meios de comunicação e formas diversas de sociabilidade. Neste sentido, a educação passou a ser compreendida como um processo histórico mais abrangente, relacionado a produção de valores, identidades e representações sociais. Como observa Brandão (1981), a educação não se limita aos sistemas formais de ensino, pois constitui uma prática social permanente, presente nas relações entre indivíduos, grupos e comunidades.

Essa perspectiva dialoga com a concepção de Paulo Freire (1987), em que toda prática educativa está inserida em relações históricas e políticas, não podendo ser compreendida como uma ação neutra. A educação constitui um sistema de formação humana no qual são produzidos conhecimentos, valores e interpretações sobre o mundo, promovendo a circulação de símbolos, discursos e representações que contribuem para orientar comportamentos, construindo formas específicas de enxergar a realidade.

É nesse horizonte que inserimos o conceito de pedagogias culturais, desenvolvido por autores vinculados aos Estudos Culturais. Para Giroux, “a educação é uma forma de política cultural” (Giroux, 1997, p. 163), evidenciando que a cultura possui amplitude pedagógica fundamental nas sociedades contemporâneas. Nesta direção, o futebol surge como uma pedagogia cultural, uma vez que seus símbolos, narrativas e rituais operaram historicamente para forjar o sentimento de pertencimento nacional.

De modo semelhante, Steinberg (2001) argumenta que a cultura produz formas de conhecimento e identidades, funcionando como um espaço de aprendizagem que supera os limites das instituições escolares. Desse modo, a ideia de cultura se coaduna com o conceito de currículo oculto ao demonstrar que a educação também ocorre por meio de valores e normas transmitidos implicitamente nas práticas sociais. Para Apple, “o currículo oculto refere-se as normas e valores implicitamente, mas eficazmente” (Apple, 2006, p. 127), apontando que a

educação não acontece apenas por meio dos conteúdos oficiais. Neste caso, a cultura do patriotismo foi promovida, tanto pelo Estado Novo quanto pela ditadura civil-militar, através do futebol em articulação com a estrutura de propaganda, para operar como um currículo oculto social.

Assim, ambos os regimes autoritários agiram para transformar o campo esportivo em um mecanismo de currículo oculto para fortalecer a própria hegemonia. Apple afirma que “a hegemonia atua para saturar nossa própria consciência” (Apple, 2006, p. 39), para aferir como determinados valores sociais tornam-se aparentemente naturais e passam a organizar a percepção das pessoas sobre a realidade. Neste ponto, o futebol pode atuar enquanto espaço de consenso quando uma determinada interpretação, como a ideia de que uma vitória esportiva poderia representar o triunfo da própria nação, passa a ser difundida como uma verdade natural, sendo constantemente reproduzida.

A articulação entre cultura, educação e patriotismo, interligada pela prática do futebol tornou-se possível porque, no contexto brasileiro, o jogo está historicamente a construção identitária da nação. No caso dos respectivos regimes ditatoriais, o esporte foi intensamente atrelado a uma retórica que Anderson (2013, p. 131) chama de nacionalismo oficial, conceito identificado com sistemas autoritários pois é uma resposta das classes detentoras do poder ao nacionalismo popular, vinculado aos grupos subalternos. Esse discurso é caracterizado por medidas conservadoras elaboradas para manter a identificação popular com a nação, contudo, sem contestar o status quo dominante.

O futebol, nesta perspectiva, é considerado um fenômeno nacionalista popular, pois representa as comunidades, locais ou nacionais, no campo esportivo. Contudo, em contextos autoritários o esporte pode ser utilizado para reproduzir o discurso do nacionalismo oficial e justificar a permanência do grupo dominante no poder (Aguiar, 2025, p. 40), atuando em diversas áreas da sociedade, incluindo o campo educacional.

Essa construção simbólica torna-se possível porque o futebol tem a capacidade de criar laços entre indivíduos que não possuem relações pessoais diretas. Para Hobsbawm, “a imaginária comunidade de milhões parece mais real na forma de um time de onze pessoas com nome. O indivíduo, mesmo aquele que apenas torce, torna-se o próprio símbolo de sua nação” (Hobsbawm, 1990, p. 171), pois representa o papel assumido pelo futebol no Brasil: elemento de produção simbólica da nacionalidade.

A sua percepção dialoga com a dimensão simbólica do futebol discutida por José Miguel

Wisnik (2008) de que o futebol é um jogo que pensa o país. Nesta concepção, o jogo não se limita a representar o Brasil, mas tem participação ativa na formação de sentidos sobre a nação, considerando que “o futebol condensa tensões sociais e as transforma em linguagem compartilhada” (Wisnik, 2008, p. 45).

Dessa forma, compreender o futebol como pedagogia cultural e currículo oculto do patriotismo permite analisar, historicamente, como regimes autoritários brasileiros mobilizaram o esporte e sua “atividade mistificadora” (Damatta, 1982, p. 22) como instrumento de educação informal e construção do pertencimento nacional. Tal perspectiva possibilita investigar, em uma abordagem comparada, como o Estado Novo e o governo Médici utilizaram linguagens, símbolos e práticas esportivas para produzir diferentes formas de pedagogia patriótica, revelando permanências e transformações na relação entre futebol, política e formação nacional.

O ESTADO NOVO E A CONSTRUÇÃO DE UMA PEDAGOGIA DA UNIDADE NACIONAL

A consolidação do Estado Novo (1937 – 1945) representou um momento decisivo na redefinição das relações entre Estado, cultura e educação no Brasil. Sob a liderança de Getúlio Vargas, o regime buscou construir um projeto nacional centralizador que extrapolava a reorganização das instituições políticas e econômicas, alcançando também a formação de uma identidade coletiva capaz de sustentar a legitimidade do novo Estado.

Nesse contexto, a educação assumiu papel estratégico em um amplo processo de formação cívica realizado por diferentes instituições e práticas culturais. O futebol, em razão de sua crescente popularização desde as primeiras décadas do século XX, foi incorporado a esse projeto como um dos principais instrumentos de integração simbólica da sociedade brasileira. Neste caso, o governo Vargas percebeu que o futebol possuía enorme potencial para promover tais experiências, aproximando populações dispersas regionalmente em torno de uma linguagem comum. Conforme observa Agnaldo Kupper (2022), o esporte foi progressivamente absorvido como política de Estado, deixando de ser apenas uma prática recreativa para tornar-se parte da estratégia nacionalista do regime.

A percepção de patriotismo estadonovista consistia em criar um conceito renovado de nação, capaz de eliminar os resquícios políticos regionalistas oriundos da primeira república. Segundo Vargas (1938), a construção de um Estado nacional unido seria o principal motivo de

seu governo, contrário ao partidatismo e promotor da constituição da unidade nacional como nova força motriz do Brasil:

A consciência das nossas responsabilidades indicava, imperativamente, o dever de restaurar a autoridade nacional, pondo termo a essa condição anômala da nossa existência política, que poderá conduzir-nos à desintegração, como resultado final dos choques de tendências irreconciliáveis e do predomínio dos particularismos de ordem local. (...) Essa é a verdade, que precisa ser proclamada, acima de temores e subterfúgios. (Vargas, 1938, p. 23)

Para reforçar o discurso oficial sobre a necessidade de produzir uma nova identidade nacional foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, com o intuito de promover a cultura patriótica através da ideia de brasilidade, exaltada por peças do órgão. Nestas produções, manifestações culturais como o samba e o futebol eram destacadas como símbolos de um brasileiro criativo, fruto de um olhar para práticas culturais anteriormente marginalizadas pelas elites dirigentes (Souza, 2026, p. 104).

Neste aspecto, o futebol utilizado pedagogicamente para disseminar um novo olhar sobre o sentido de patriotismo, agindo como um currículo oculto para inserir no seio social uma nova perspectiva sobre o Brasil. A institucionalização dessa política alcançou um marco importante com o Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que reorganizou o sistema esportivo e criou o Conselho Nacional de Desportos (CND). A legislação conferiu ao Estado plenos poderes para orientar, fiscalizar e regulamentar as atividades esportivas, estabelecendo que as respectivas associações constituíam os espaços onde os esportes deveriam ser “ensinados e praticados” (Brasil, 1941).

Nessa construção cultural, a mestiçagem, antes um fator de repúdio e negação por parte da elite dirigente nacional, passou a ser valorizada, tida como um fator que tornava o brasileiro um ser singular, resultado da união de raças (branca, indígena e negra). Essa perspectiva foi reafirmada por Gilberto Freyre como um elemento especial na constituição da sociedade nacional. Segundo o escritor, “todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena e do negro” (Freyre, 2003, p. 367).

Para reafirmar as novas perspectivas sobre mestiçagem e patriotismo, o Estado Novo produziu um processo classificado por Melina Pardini como “padronizações de heróis” (Pardini, 2009, p. 76), em que as ideias precisavam ser materializadas na imagem de um agente cultural, no caso o jogador de futebol. Neste sentido, o regime varguista potencializou a figura de Leônidas da Silva, o principal atleta do futebol brasileiro no período.

No imaginário nacional, Leônidas definiu um novo jeito de jogar futebol, centrado na ginga e no drible. Esta característica se coaduna com a percepção de brasilidade estadonovista. O atleta foi considerado o melhor jogador da seleção brasileira na copa do mundo de 1938, o primeiro mundial de fato acompanhado pela população através das transmissões radiofônicas e pelo próprio governo.

Quando a equipe nacional venceu a Tchecoslováquia e avançou de forma inédita as semifinais, a cobertura da imprensa destacou efusivamente triunfo como uma conquista nacional, apontando a festa dos populares com uma verve ufanista:

“Foi uma coisa louca!”. Houve, de facto, algo de loucura, loucura colectiva, nas manifestações com que a cidade celebrou o triumpho brasileiro. Passeatas, gritaria, ruídos de todos os gêneros, bombas, cânticos patrióticos, serpentinas, confete, folhetos, papel rasgado (...) E mais: bandeiras desfraldadas em todos os mastros, nas sacadas ou carregadas por grupos e, ainda, recobrando automóveis. (Jornal dos Sports, 15/06/1938, p. 05)

O último trecho da matéria publicada pelo Jornal dos Sports, em que a narrativa apresenta a profusão de bandeiras para comemorar a vitória brasileira, mostra o futebol como o vetor de manifestação patriótica desejado pelo Estado Novo. Os brasileiros não precisavam apenas ir à escola para aprender o significado de patriotismo. Poderiam absorver os valores e praticá-los entrando em contato com a prática futebolística, evidenciando novamente a instrumentalização do esporte bretão que, neste caso, exerce o papel de pedagogia cultural e currículo oculto. Entretanto, o fato de promover a brasilidade como elemento transformador no processo de construção da identidade nacional não afastou o regime varguista de associá-lo à narrativa de disciplina, ordem e civismo, norteadores dos princípios políticos estadonovistas. O futebol operava a serviço de um projeto hegemônico. Segundo Antônio Gramsci (2002), a hegemonia depende da produção de consensos por meio da difusão de valores compartilhados.

O futebol constituiu um dos instrumentos privilegiados dessa estratégia, pois permitia transformar o patriotismo em experiência cotidiana, naturalizando determinados projetos políticos sob a aparência de celebração nacional. Do mesmo modo, Pierre Bourdieu (1998) permite compreender que essas práticas contribuíam para a formação de habitus, produzindo disposições duráveis de identificação com a nação e suas instituições.

No retorno ao país após a disputa do mundial de 1938, o treinador da seleção brasileira, Ademar Pimenta, exaltou a disciplina dos atletas, que jogaram “acatando sem discussão as ordens e cumprindo-as com boa vontade” (Correio Paulistano, 14/07/1938, p. 10). O futebol operava

culturalmente para promover a brasilidade, mas na seara pedagógica agia como ferramenta de fortalecimento da disciplina e da ordem.

Nessa perspectiva, o jogo desempenhou papel muito mais amplo do que um simples instrumento de propaganda política. Constituiu uma verdadeira pedagogia da unidade nacional, através da qual o Estado buscou ensinar formas específicas de ser brasileiro. Ao articular legislação esportiva, propaganda oficial, imprensa, rádio e grandes eventos públicos, o governo varguista transformou o futebol em um dispositivo educativo capaz de fortalecer a identidade nacional e consolidar simbolicamente o próprio projeto. Essa experiência inaugurou uma forma de utilização política do esporte que, embora ressignificada em contextos posteriores, permanecia como referência para outros regimes autoritários brasileiros.

O GOVERNO MÉDICI E A PEDAGOGIA DO UFANISMO

O governo de Emílio Garrastazu Médici correspondeu ao período de maior endurecimento político da ditadura civil-militar brasileira. Sob a vigência do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o regime intensificou a censura aos meios de comunicação, a repressão aos opositores e o fortalecimento dos órgãos de segurança. Paralelamente, o chamado “milagre econômico” e a conquista da Copa do Mundo de 1970 forneceram ao governo condições favoráveis para a construção de uma narrativa pública marcada pelo otimismo, alinhada às ideias de progresso e nacionalismo.

Em tal contexto, o futebol foi incorporado de maneira sistemática ao projeto de legitimação política do regime, transformando-se em um dos principais instrumentos para difusão do ufanismo nacional. Partindo dessa premissa, entende-se, neste artigo, por pedagogia do ufanismo o conjunto de práticas educativas não escolares, discursos políticos, representações culturais e estratégias comunicacionais, mobilizadas pelo Estado, para produzir sentimentos de orgulho nacional e de identificação entre a nação, suas conquistas esportivas e o projeto político da ditadura.

Diferentemente do Estado Novo, cujo esforço concentrava-se na construção de uma identidade nacional integradora, o governo Médici apropriou-se dessa construção já amplamente consolidada ao longo do século XX e fortalecida pelas conquistas das Copas do Mundo de 1958 e 1962. O desafio do regime consistia em associar uma identidade ao próprio projeto político, estabelecendo uma relação simbólica entre futebol, crescimento econômico e estabilidade

institucional. Conforme observa Fico (1997), a propaganda oficial criou um clima de otimismo capaz de garantir a legitimidade da ditadura através da valorização contínua das conquistas nacionais.

Ao divulgar o empenho do governo para garantir a transmissão televisiva dos jogos da Copa do Mundo de 1970, Médici afirmou que “a solidariedade ao homem do povo, deste homem, deste Governo, é casa, é alimentação, é remédio, é livro, é recreação e é justiça também. Solidariedade também é juntar-se às paixões da alma popular.” (Gazeta Esportiva, 26/01/1970, p. 16). O discurso, pronunciado ao público presente na inauguração do estádio do Morumbi, reforça que o futebol também projetava os seus espaços como sala de aula simbólica, ensinando valores através de atitudes, gestos e rituais.

O pronunciamento do general-presidente não foi aleatório. Integrava a estratégia de propaganda da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), órgão responsável por produzir campanhas publicitárias, filmes institucionais, programas radiofônicos e peças de divulgação que enfatizavam a ideia de um país destinado ao progresso. Slogans como “Ninguém Segura Este País” (O Globo, 23/06/1970, p. 01), frase dita por Médici para comemorar a conquista do tricampeonato, tornaram-se temas de publicidade governamental, em que a afirmação interligava o campo esportivo ao político.

Esse cenário aponta que o mundial de 1970 adquiriu importância singular para a ditadura. A conquista do título no México coincidiu com o auge da popularidade do governo Médici, permitindo ao regime explorar intensamente a repercussão nacional da vitória. O governo transmitia a ideia do patriotismo, associado ao pertencimento do esporte através do seu principal representante:

Médici percebe a barulheira que o povo fazia nos jardins. Vai até a frente do palácio e a multidão delira quando o vê. O presidente desce as escadas correndo, no caminho pega uma bandeira e se mistura. Durante três minutos, recebe todos os abraços, grita ele também, é arrastado para o meio do bloco. Nessa hora, os auxiliares interferem, vão buscar o presidente que, eufórico do jeito que está, vai acabar machucado. Médici volta para o interior do palácio, vermelho, ri muito, a camisa amarrotada. (Jornal do Brasil, 23/06/1970, p. 12)

A própria figura de Médici foi cuidadosamente construída para transparecer um presidente-torcedor. Freqüentador de estádios e conhecido por acompanhar partidas da seleção brasileira, sua imagem pública era constantemente ligada ao universo do futebol. Fotografias do general recebendo a Taça Jules Rimet, pronunciamentos oficiais, campanhas publicitárias e

transmissões televisivas passaram a associar o desempenho do time nacional ao projeto conduzido pelos militares:

Logo em seguida, Carlos Alberto e Pelé surgiram do meio da multidão para subir aos pulos a rampa do Palácio do Planalto, trazendo a mão o caneco prometido. O General Médici desceu ao encontro de ambos e, antes de agasalhá-los num abraço comovido e paternal, apontou orgulhoso para o cobiçado troféu: - Olha lá, olha lá, olha lá. Que coisa linda, linda, linda. (Manchete, Nº 951, 11/07/1970, p. 21)

Publicações como esta, da Revista Manchete, reafirmam a busca constante de associar o líder político à paixão nacional, constituindo um recurso eficiente para reduzir a distância entre Estado e sociedade, conferindo ao governo a aparência de identificação espontânea com os sentimentos populares. A cultura patriótica era ensinada como um elemento de ligação entre o presidente e a população, tensionando o futebol para a construção de uma identidade legitimadora (Castells, 1999), onde se buscava “expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais” (Castells, 1999, p. 64).

No campo da produção de heróis, o governo Médici convergiu com o Estado Novo ao potencializar a figura de Pelé como um exemplo de cidadão patriota, apropriando a imagem do atleta em benefício do discurso oficial. O sucesso individual foi colocado a serviço da grandeza nacional. O jogador da seleção brasileira e do Santos F.C elencou as características desejadas pela ditadura, assemelhando-se a relação entre Leônidas e o regime estadonovista, com um diferencial essencial: Pelé tinha participado ativamente dos títulos mundiais da seleção nacional.

O patriotismo adquiriu um tom mais intimista, atrelado a sensibilidade por aproximar os atletas e o presidente em um cenário de triunfo de um símbolo do país. Foram divulgados relatos que o presidente recebeu a delegação brasileira com “lágrimas nos olhos” (Folha de São Paulo, 22/07/1970, p. 01), emocionando o público presente na recepção e sua reação ao avistar a taça e tocá-la:

Logo em seguida, Carlos Alberto e Pelé surgiram do meio da multidão para subir aos pulos a rampa do Palácio do Planalto, trazendo a mão o caneco prometido. O General Médici desceu ao encontro de ambos e, antes de agasalhá-los num abraço comovido e paternal, apontou orgulhoso para o cobiçado troféu: - Olha lá, olha lá, olha lá. Que coisa linda, linda, linda. (Manchete, Nº 951, 11/07/1970, p. 21)

A busca de reproduzir uma cultura patriótica que torna o líder um sujeito sensível; emotivo em um recorte específico e posteriormente o retrata como uma liderança de pulso firme, comandando um processo de desenvolvimento nacional robusto, aponta um caráter mecânico.

Nessa perspectiva, o patriotismo deixava de constituir apenas um sentimento de pertencimento para transformar-se em um conteúdo educativo turbinado por uma intensa campanha institucional.

Conforme afirma Saviani (2007), as políticas educacionais implementadas durante a ditadura estavam orientadas para a racionalização técnica da educação e para a formação de indivíduos adaptados ao projeto desenvolvimentista do regime. Nesse contexto, o futebol se enquadra. O jogo representou importante espaço de educação informal, produzindo aprendizagens relacionadas ao civismo, nacionalismo e valorização do desenvolvimento econômico como expressão da grandeza nacional.

Essa pedagogia não buscava apenas celebrar a nação, mas produzir cidadãos identificados com um ideal de Brasil desejado pela ditadura. Como advertia Freire (1987, p. 34), a educação não é neutra, tem objetivos definidos conforme o modelo político e nenhum processo educativo elimina completamente a capacidade crítica dos sujeitos. As práticas culturais permanecem abertas a diferentes formas de interpretação, apropriação e resistência, impedindo que a formação política seja compreendida como um processo linear absolutamente controlado.

CONTINUIDADES E RUPTURAS: UMA PERSPECTIVA COMPARADA SOBRE AS PEDAGOGIAS DO PATRIOTISMO

A análise comparativa entre o Estado Novo e o governo de Emílio Garrastazu Médici evidencia que, embora separados por mais de três décadas e inseridos em conjunturas históricas distintas, ambos os regimes atribuíram ao futebol uma função estratégica na formação de sentimentos de pertencimento nacional.

Em ambos os casos, o esporte ultrapassou sua condição de prática voltada ao lazer ou espetáculo de massas, para operar como instrumento de educação informal capaz de difundir valores, produzir identidades coletivas e fortalecer projetos políticos de caráter autoritário. Entretanto, a comparação revela igualmente diferenças significativas quanto às racionalidades pedagógicas que orientaram essa apropriação estatal do futebol, indicando que o patriotismo não compôs uma característica fixa, mas um fenômeno historicamente construído e permanentemente ressignificado.

Do ponto de vista das continuidades, observa-se que tanto o Estado Novo quanto o governo Médici compreenderam a cultura como dimensão central da ação política. Tal percepção

dialoga com a ideia de reprodução social de Bourdieu (2002) em que a ordem dominante se impõe e perpetua-se e suas práticas se enraízam ao ponto de tornarem-se aceitáveis ou naturais aos olhos dos dominados. O papel do futebol demonstra-se particularmente eficaz em ambos os casos por efetivar essa prática com um potencial de experiência afetiva dificilmente alcançado por outros instrumentos de intervenção estatal.

A difusão das representações fortaleceu a ideia de comunidade que o futebol exprime. Para Anderson (2013, p. 32), esse sentimento apresenta uma dicotomia pois é imaginado dentro de uma limitação, contudo soberano. Nos cenários analisados, o esporte opera como um mecanismo de fortalecimento da comunidade, disseminando símbolos, narrativas e emoções que reforçam a identificação entre Estado, povo e nação. As continuidades entre os regimes e o jogo são articuladas a partir de três ideias: hegemonia, cultura e pertencimento.

A formação da unidade nacional era o norte dos respectivos regimes. Vargas afirmou que, nesta compreensão “todos os problemas são nacionais” (Gazeta de Notícias, 30/08/1939, p. 16), evidenciando que a percepção unitária estava atrelada diretamente a centralização política e administrativa promovida por seu governo. Décadas depois, Médici adotou retórica similar exortando que a unidade nacional representada pelo “nosso trabalho, nossos sacrifícios, influirão, ainda, com maior intensidade, nas gerações futuras” (Jornal do Brasil, 08/09/1972, p. 03). O futebol, nessa premissa, produziria uma integração territorial e social ancorada no patriotismo e na coesão nacional.

Entretanto, as diferenças contextuais e de determinadas perspectivas dos regimes em relação a dimensão pedagógica do futebol também produz rupturas. A pedagogia da unidade nacional estadonovista entendia o esporte como um elemento mobilizado para integrar uma sociedade marcada por profundas diferenças regionais e sociais. O cronista Salim Helou definiu a função do jogo, no regime varguista, ao afirmar que “sendo um esporte das multidões, como se proclama orgulhosamente, o futebol deveria ter uma orientação mais patriótica, processando imediatamente uma reeducação na mentalidade dos torcedores” (Correio Paulistano, 20/10/1944, p. 11). O patriotismo, no caso do jogo, deveria contribuir prioritariamente para a integração nacional.

A perspectiva do governo Médici é distinta. A pedagogia do ufanismo consistia em mobilizar o futebol para reforçar a legitimidade de um regime já estabelecido. O próprio general, em seu discurso de posse na presidência da república, adota uma proposição inversa a do cronista do período estadonovista:

Precisamos reproduzir na vida político-administrativa, aquilo que conseguimos até hoje nas atividades esportivas ou artísticas. É significativo que tenhamos obtido expressivos triunfos exatamente naqueles setores em que ocorre a entusiástica e comovida participação do povo. (Manchete, Nº 916, 08/11/1969, p. 98)

Se no período varguista o futebol deveria ser moldado às circunstâncias, no governo Médici ele serve de referência para direcionar a realidade. Assim, a cultura patriótica deveria privilegiar as conquistas do Estado, do crescimento econômico e da projeção internacional do Brasil. A nação permanecia como objeto da educação política, mas seus significados eram redefinidos conforme as necessidades da ditadura.

A perspectiva comparada permite, portanto, deslocar a compreensão tradicional do futebol como mero veículo de propaganda política para reconhecê-lo como dispositivo pedagógico de produção da nacionalidade. Ao evidenciar simultaneamente continuidades e rupturas entre o Estado Novo e o governo Médici, a análise comparativa demonstra que o futebol constituiu um dos mais importantes espaços de educação política da sociedade brasileira, confirmando a necessidade de incorporá-lo de maneira mais sistemática às agendas de pesquisa da História da Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa entre o Estado Novo (1937 – 1945) e o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974) permitiu demonstrar que o futebol desempenhou um papel mais abrangente do que uma simples manifestação esportiva ou instrumento ocasional de propaganda política. Em ambos os regimes, o esporte foi incorporado a projetos de construção da nacionalidade e de formação de uma cultura cívica, compatível com os objetivos do Estado, constituindo um importante espaço de educação informal voltado à difusão de valores, símbolos e sentimentos de pertencimento nacional.

A perspectiva da História da Educação revelou-se particularmente fecunda para compreender esse processo, uma vez que possibilitou deslocar a análise do futebol como apenas um reflexo da sociedade, para entendê-lo como prática cultural dotada de intencionalidade formativa. Ao articular os conceitos de nacionalismo, hegemonia, pedagogias culturais e currículo oculto, evidencia-se que o patriotismo não compõe um sentimento natural ou espontâneo, mas uma construção histórica produzida por diferentes práticas culturais, entre as quais o futebol ocupa posição privilegiada no decorrer do século XX.

A comparação entre os dois períodos possibilitou identificar, simultaneamente, permanências e rupturas. No Estado Novo, o futebol integrou um projeto de construção da unidade nacional, contribuindo para difundir uma identidade brasileira fundada na integração simbólica do território, na valorização da cultura de origem popular e na consolidação da autoridade estatal. Durante o governo Médici, contudo, essa prática foi resignificada para fortalecer a pedagogia do ufanismo, na qual as conquistas esportivas foram associadas ao desenvolvimento econômico, a estabilidade política e a legitimação do regime civil-militar.

Em ambos os contextos, entretanto, o esporte operou como meio privilegiado de formação política, ainda que orientado por racionalidades distintas e projetos diferentes de nação. A categoria pedagogia do patriotismo constitui a principal contribuição analítica deste estudo. Mais do que uma expressão descritiva, ela busca sintetizar o conjunto de práticas não escolares pelas quais o Estado mobilizou o futebol.

Ao enfatizar a dimensão educativa de práticas culturais, essa categoria amplia o diálogo entre a História da Educação, a História Política e a História do Esporte, oferecendo uma perspectiva interpretativa que compreende o futebol como agente ativo na formação de valores, identidades e sensibilidades coletivas.

Sob essa perspectiva, o estudo propõe um deslocamento interpretativo em relação a historiografia tradicional. Em vez de compreender a relação entre futebol e poder limitado a ótica da propaganda política ou manipulação ideológica, aponta-se que o esporte constituiu um espaço privilegiado de educação informal, no qual diferentes regimes autoritários procuraram ensinar formas específicas de amar a pátria, interpretar a nação e reconhecer modelos de cidadania considerados exemplares. Esse deslocamento permite aproximar o futebol das discussões centrais da História da Educação, evidenciando que os processos formativos extrapolam os limites da escola e se realizam também nas práticas culturais que organizam a vida social.

Esperamos que nossa investigação colabore para ampliar as agendas de pesquisa da História da Educação, estimulando novas análises sobre os processos educativos desenvolvidos em espaços não escolares. Ao reconhecer o futebol como prática cultural dotada de intencionalidade formativa, reafirma-se a necessidade de incorporar o esporte ao debate historiográfico sobre educação, cultura e poder.

As pedagogias do patriotismo apresentam-se não apenas como uma chave de leitura para compreender o Estado Novo e o governo Médici, mas enquanto categoria analítica capaz de iluminar novas investigações sobre a produção histórica das identidades nacionais e das formas

de educação política na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Romulo Cesar Barros. *Gol da Ditadura: A instrumentalização do futebol como ferramenta de controle social no governo Médici*. Fortaleza, 2025. Dissertação de Mestrado. UECE.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- APPLE, Michael. *Ideologia e currículo*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____, Pierre. *Esboço de uma teoria da prática*. Oeiras: Celta Editora, 2002.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL. *Decreto-Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941*. Diário Oficial da União, 16 abr. 1941, p. 7453.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- DAMATTA, Roberto. *Universo do futebol: Esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.
- FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 48. Ed. São Paulo: Global, 2003.
- GIROUX, Henry. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HOBSBAWN, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- NÓVOA, Antônio. *Histoire & comparaison (Essais sur l'éducation)*. Lisboa: EDUCA, 1998.
- PARDINI, Melina. *A narrativa da ordem e a voz da multidão: o futebol na imprensa durante o Estado Novo (1937 – 1945)*. São Paulo, 2009. Dissertação de mestrado. USP.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SOUZA, Jessé. *Por que a esquerda morreu? E o que devemos fazer para ressuscitá-la*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2026.

STEINBERG, Shirley R. *Cultura infantil: a construção corporativa da infância*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil. Livro V – O Estado Novo (10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

WISNIK, José Miguel. *Veneno Remédio: O futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.